

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR NA DINÂMICA PEDAGÓGICA DO ENSINO RELIGIOSO: perspectivas e desafios (6º a 9º anos do ensino fundamental).

Alisson Vinícius dos Santos*
Ana Maria Bittencourt Bastani*
Barbara do Carmo Linhares*
Caroline Cristina Souza de Paulo*
Graciela Maria Soares*
Natielle Lopes Cruz de Souza*
Rita de Cássia Cardoso Junqueira Barbosa*
Vera Lúcia Lins Sant'Anna**

Resumo

O objetivo do trabalho foi investigar os desafios que o professor de Ensino Religioso sofreu ao longo da história, desde o período da colonização do Brasil até a contemporaneidade, da mesma maneira conhecer as perspectivas dessa disciplina para alunos, professores, coordenadores e diretores a partir da análise de duas escolas públicas, uma de Belo Horizonte e outra de Contagem. Para resguardar a identidade das escolas, assim como seus profissionais e educandos utilizamos nomes fictícios para nos referirmos aos mesmos. Chamaremos de “Escola A” a instituição localizada na cidade de Belo Horizonte que pertence à Rede Estadual de Educação e “Escola B” a instituição localizada na cidade de Contagem pertencente à Rede Municipal de Ensino. Ambas as instituições recebem alunos do 1º ao 9º ano. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi pesquisa bibliográfica e de campo. Buscamos autores que abordam o papel do professor de Ensino Religioso e outros que citam os desafios, a compreensão, a configuração e complementação do Ensino Religioso como área do conhecimento no Brasil.

Palavras-chave: Ensino Religioso - visão histórica – metodologia – linguagem

1 Introdução

O presente artigo aborda as perspectivas e os desafios na atuação do professor de Ensino Religioso nos anos finais do Ensino Fundamental em escolas públicas estaduais e municipais de Belo Horizonte e Contagem.

O Ensino Religioso na escola pública, ainda apresenta-se como campo polêmico e conflitivo, devido ao fundo político, social e cultural, historicamente construído desde a colonização do Brasil. O Ensino Religioso vem tendo dificuldades de se estabelecer no campo

* Graduandos do Curso de Pedagogia da PUC Minas(COREU)

**Doutora em Ciências da Religião (UMESP), Mestre em Educação (Mackenzie-SP), Professora e pesquisadora da PUC Minas. Orientadora. (verasantanna@hotmail.com)

educativo, como área de conhecimento, com as influências de um ensino proselitista, marcado pelo dogmatismo, tradições fundantes e métodos autoritários aplicados no passado e presentes ainda hoje em muitas práticas educativas.

2 Uma visão histórica do ensino religioso no Brasil

O Ensino Religioso ficou restrito aos muros eclesiásticos durante muitos séculos. A Educação Religiosa não se apresentava como “coisa pública”, mas a Igreja, em primeira instância, e a família eram responsáveis pela educação religiosa. (WACHS, 2007)

No período colonial, de 1500 a 1822, a Igreja dispunha de um modelo de educação religiosa pautado em argumentos religiosos, sem muita base científica, o Ensino Religioso era uma forma de catequese, tendo em vista a evangelização dos “gentios”. No primeiro período do Regime Colonial, o Ensino Religioso é “uma espécie de fio condutor dos acordos estabelecidos entre o poder imperial e o poder eclesiástico, nos chamados padroados régios, sendo fortemente utilizado em todo o processo civilizatório brasileiro” (CNBB, 2007, p.44-45). Na fase do segundo período Colonial, 1700 a 1822 (aproximadamente) estão incluídos os negros, também destinatários de Ensino Religioso, ainda que lhes seja negada a educação escolar (CNBB, 2007, p. 47). De 1823 a 1829 (1º Reinado) o que acontece na escola é um ensino da Religião Católica Apostólica Romana que buscava fortalecer o Estado e “a Igreja, única instituição responsável pelo Ensino Religioso, torna-se, por força da lei, oficialmente dependente do Estado” (CNBB, 2007, p. 57). No período de 1840 a 1889 (2º reinado) o catolicismo é subjugado, juntamente com o Ensino Religioso pelo regime imperial, é então, possibilitada a entrada dos evangélicos, judeus e até mesmo outras confissões religiosas.(CNBB, 2007, p.60).

Com a implantação do Regime Republicano, no período de 1891 a 1930 ocorre a separação Igreja e Estado, onde foi proclamado um ensino laico ministrado nos estabelecimentos públicos. Isso faz com que “a escola feche as portas para o Ensino Religioso, que passa a ser ministrado somente nas escolas privadas católicas” (CNBB, 2007, p. 65). No período de 1931 a 1933, Getúlio Vargas inclui o Ensino Religioso nas escolas Públicas do Brasil. Admitido pelo decreto de 30 de abril de 1931, este é o “primeiro instrumento legal do período republicano que

aparentemente garante o Ensino Religioso no currículo escolar” (CNBB, 2007, p. 69-70). Na Constituição de 1934, foi assegurado pelo artigo 153, que o Ensino Religioso será de “matrícula facultativa ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas”.

Os “escolanovistas” constituem o mais significativo grupo dos contrários ao ER mantido pelo poder público. Entendem que “o Estado Republicano não deve arcar com o ônus do Ensino Religioso nas escolas. Esta é tarefa das Igrejas” (CNBB, 2007, p. 71). A educação brasileira defendia um “ensino público laico, obrigatório e gratuito”. (SANTOS, 2009, p. 100)

No Estado Novo, de 1937 a 1945, o Ensino Religioso torna-se facultativo a mestres e alunos perdendo o caráter da obrigatoriedade, adquirido na Constituição de 37 durante o regime ditatorial (CNBB, 2007, p. 74). Durante o terceiro período Republicano, o Regime Liberal reage ao Regime Totalitário (1946 a 1964); o espaço assegurado para o Ensino Religioso na Carta Magna de 46 é negado na LDB (Lei nº 4024/61) ao incluir a expressão “sem ônus para os cofres públicos” (CNBB, 2007, p. 77). No quarto período Republicano, de 1964 a 1984, o Ensino Religioso é de oferta obrigatória pela escola, sendo que a participação das aulas é facultativa por parte dos alunos. A partir da década de 1970, iniciam-se discussões sobre a distinção entre catequese e Ensino Religioso. No entanto, está novamente remetido à boa vontade das Entidades Religiosas, segundo as regulamentações do Conselho Nacional de Educação. O Ensino Religioso continua o “patinho feio que nunca virou cisne como as demais disciplinas”. (CNBB, 2007, p. 80)

No período de 1986 a 1998, o Ensino Religioso busca redefinir-se como disciplina adequada que o configuram como elemento da escola e não aos moldes da Igreja. Em 1985, através da nova Lei de Diretrizes e Bases no Congresso Nacional esclarece sobre a “permanência do Ensino Religioso no currículo, tendo em vista, permitir que o educando compreenda a sua religiosidade e a convivência com as diferenças”. (SANTOS, 2009, p. 100).

A lei nº 9.475/97 decretada pelo Congresso Nacional no art. 33, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passou a ser expressa nos seguintes termos:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso. (CURY, 2004, p. 185)

O novo Ensino Religioso público não pode ser mais confessional e integra o quadro de matérias do Ensino Fundamental. A Lei nº. 9.475/97, que altera o art. 33 da Lei nº. 9.394 (LDB), declara entre outras coisas que o Ensino Religioso: é parte integrante da formação básica do cidadão; assegura o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil (SILVA, 2004); vedadas quaisquer formas de proselitismo. Essas afirmações da Lei supõem uma nova maneira de encarar o Ensino Religioso. A construção da identidade do Ensino Religioso, durante a Constituinte Brasileira (1986-1988), culminou com a revisão do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.475/97). Novas foram as perspectivas abertas para a justificativa e o Ensino Religioso dentro do currículo, não é apenas um tema transversal, mas um momento sistemático para a formação religiosa. No processo de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a legislação brasileira determina as novas bases do Ensino Religioso na escola pública no Brasil, lança-se um desafio à comunidade educativa brasileira.

Discutir e implementar com as comunidades religiosas - em todos os seus limites e possibilidades - um projeto de Ensino Religioso que possa educar a partir da dimensão religiosa presente na escola pública que se caracteriza pela laicidade, assim como o Estado Brasileiro. O ER fica caracterizado, segundo a Lei n. 9. 475 de 22 de Julho de 1997, que altera e da nova redação ao artigo 33 da Constituição Federal. (CURY, 2010, p.185)

O Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) traz contribuições relevantes a cerca dos profissionais da disciplina. Constata que o problema é pedagógico e não das religiões. Consciente de sua ação de assumir o Ensino Religioso como “parte integrante da escola e não mais um problema de igrejas, organizou, ainda em 1998 e em 1999, dois seminários de capacitação docente, a fim de discutir as áreas do currículo de formação” (JUNQUEIRA 2002, p. 74). Tendo em vista a problemática pedagógica, o FONAPER tem realizado

seminários e simpósios desenvolvendo a temática em torno da capacitação profissional do professor de Ensino Religioso.

A problemática vivenciada pela disciplina na atualidade é um “vício de raiz” (CNBB, 2007, p.45). As questões históricas e epistemológicas do Ensino Religioso precisam estar em constante foco de reflexão dos professores da área da Educação Religiosa. Há professores que lecionam a disciplina sem saber suas origens e muito menos sua função no currículo escolar. É primordial “construir um modelo pedagógico que permita ao educando cultivar uma abertura respeitosa para com as diversas manifestações religiosas e culturais presentes em seu contexto social” (Eduardo Gusmão e Janira Sodré *apud* VALMOR, 2004, p.84). Para a construção dessa dinâmica pedagógica é imprescindível que o professor conheça os desafios e as perspectivas que contribuam para a formação cidadã dos educandos.

3 Caracterização das práticas pedagógicas do professor de ensino religioso

O Ensino Religioso nas escolas públicas tem papel fundamental para a formação do ser humano. Além de trabalhar os valores éticos que são necessários no cotidiano, o Ensino Religioso traz para a sala de aula a importância da “convivência e tolerância com o próximo”. (SIMÕES, 2009, p.78)

Para que o educador possa desenvolver esses princípios éticos com os alunos, é necessário buscar uma relação com o conteúdo e a metodologia. A maneira que o assunto é abordado faz com que a interação e compreensão da temática aconteçam de maneira positiva. Lecionar Ensino Religioso traz consigo desafios, dentre eles fazer com que o educando compreenda a disciplina tal como ela é, e que a mesma não se trata de um caminho que leva alienação pessoal, mas sim entender que o ER tende a provocar no ser humano o senso crítico e que pode ser compreendido como um instrumento que cria consciência. (SIMÕES, 2009)

Quando se opta por ser professor cada um assume consigo mesmo o compromisso de vencer desafios. No Ensino Religioso não é diferente. Jamais o professor deve desviar seu pensamento e esquecer-se que tal disciplina envolve cada vida humana. É necessário um comprometimento com os nossos alunos. Ao iniciar uma aula de Ensino Religioso, o educador deve lembrar-se de que além de alunos sedentos por conhecimento existem pessoas que tem suas angústias

existenciais (SIMÕES, 2009). Visando essas dificuldades citadas percebe-se a necessidade de uma metodologia atrativa, podemos buscar novas tendências para lecionar o Ensino Religioso. Segundo Ferreira (2008), os alunos sentem a necessidade de aulas mais criativas, dinâmicas, que promovam maior interatividade entre alunos e professor de Ensino Religioso através de vivências dentro e fora do âmbito escolar.

3.1 A música como instrumento pedagógico no ER

Através da música é possível alcançar os indivíduos nos seus preceitos e indagações. Sabe-se que a música “é arte que expressa os afetos de nossa alma”. (BONA, 1997, p. 2) Sendo assim ela é capaz de romper barreiras que até mesmo distanciam pessoas umas das outras. “O fazer musical é essencialmente coletivo” (GAINZA *apud* WACHAS, FUCHS, BRANDEBURG, KLEIN, 2007, p. 77).

A música é uma linguagem presente nas diversas denominações religiosas. Sendo assim, nota-se que ela é um instrumento pedagógico no Ensino Religioso na escola. É indispensável que o educador saiba direcionar essa linguagem realizando uma aproximação contextual da música com a disciplina. Há diversas músicas populares que cooperam para que nossos educandos façam reflexões sobre a vida, sobre suas relações com o outro, pensem sobre valores e princípios. A música da banda Legião Urbana, *Pais e filhos* pode ser um recurso didático de mobilização de uma aula, cujo tema seja sobre família, por exemplo:

“É preciso amar
as pessoas como se não houvesse amanhã,
porque se você parar
pra pensar na verdade não há...
[...] Sou uma gota d'água
Sou um grão de areia
Você me diz que seus pais
Não entendem
Mas você não entende seus pais...
Você culpa seus pais por tudo
Isso é absurdo
São crianças como você
O que você vai ser
Quando você crescer?”

(Música: *Pais e filhos*. Álbum “As quatro estações”. Legião Urbana, 1989. Faixa 2.)

3.2 A dança como instrumento pedagógico no E.R.

A arte da dança pode ser usada como metodologia. Fazer uma interação entre artes e o Ensino Religioso traz grandes possibilidades no ensino-aprendizagem. “A arte da dança faz parte das culturas humanas e sempre integrou o trabalho das religiões e as atividades de lazer” (PCN, 2000, p. 67). É importante planejar aulas criativas interessantes, que ao mesmo tempo transmitam ao aluno conhecimento e conteúdo. Para fazer uma contextualização entre Artes e Ensino Religioso, o professor deve direcioná-las corretamente com o conteúdo.

A dança estimula a expressão, que, por sua vez, é fator determinante para o desenvolvimento do indivíduo. “Toda ação humana envolve a atividade corporal”. (PCN 2000, p. 67). Através da dança o educador consegue realizar uma socialização, trabalhando os movimentos de maneira coletiva. “A dança é uma forma de integração e expressão tanto individual quanto coletiva”. (PCN 2000, p. 68)

A dança também é uma fonte de comunicação e cultura. Nas atividades realizadas em sala de aula o educador pode explorar o aspecto cultural com seus alunos. Propor atividades de grupos em que cada um represente através da dança as tradições religiosas de uma determinada cultura. Em uma sala de aula encontram-se pessoas com hábitos, personalidades, preferências e costumes diferentes. A partir da apresentação da dança os grupos poderão fazer uma socialização e ao mesmo tempo aprenderão a apreciar a cultura alheia com sensibilidade sem deixar de lado o conteúdo proposto.

3.3 O teatro como instrumento pedagógico no Ensino Religioso

Usar o teatro para desinibir os alunos é uma estratégia válida que pode demonstrar bons resultados. “O teatro busca uma maior coesão do grupo fazendo com que os alunos relacionem-se entre si, desinibindo-se e colocando-os frente a um público que aplaude seus pequenos esforços”. (ITURBE, 2004, p. 7)

Participar de um grupo de teatro traz consigo oportunidades de se desenvolver dentro de um determinado grupo social de maneira responsável. O fato de receber crítica e criticar gera respeito de uns para com os outros. A comunicação acontece de maneira natural proporcionando a todos um momento interação. “O teatro tem como fundamento a experiência de vida: idéias, conhecimentos e

sentimentos. A sua ação é ordenação desses conteúdos individuais e grupais” (PCN 2000, p. 83). O educador pode propor aos alunos que conversem e juntos escrevam uma peça de teatro sobre eles mesmos. O Ensino Religioso tende a contribuir para a formação global do indivíduo, sendo assim, é importante estimular os alunos para um desenvolvimento humano.

4 Análise dos dados coletados na pesquisa de campo

O Ensino Religioso no Brasil é motivo de diversos embates e discussões quanto a ser ou não componente curricular do Ensino Fundamental. Diferentes grupos têm se posicionado a partir de diferentes interesses e concepções de Ensino Religioso e “atualmente essas concepções e interesses perduram e volta e meia veem à tona”. (FONAPER, Ensino Religioso: problemáticas e desafios na atualidade, 2011)

As escolas pesquisadas foram preferencialmente públicas, devido ao fato de não terem caráter confessional. Foram utilizados pseudônimos para denominar os sujeitos pesquisados: Professor, Diretora, Coordenadora e Alunos das respectivas escolas (A e B).

Em ambas as escolas A e B, o Ensino Religioso é contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP), “ele está direta e indiretamente presente, principalmente quando se trata de formação de valores éticos e morais e, é trabalhado isso com os alunos” diz a diretora A. O PPP deve contribuir para uma reflexão a respeito do Ensino Religioso, não como uma disciplina do currículo, mas como área do conhecimento. Busca-se no Projeto Político Pedagógico “uma referência interna e o esclarecimento da instituição”. (JUNQUEIRA, 2002) As questões epistemológicas do Ensino Religioso precisam estar em constante foco de reflexão dos professores da área da Educação Religiosa. Há professores que lecionam a disciplina sem saber suas origens e muito menos sua função no currículo escolar. (FERREIRA, 2007)

Investimentos para a capacitação do professor de Ensino Religioso da Escola B não são oferecidos diretamente, entretanto, a Prefeitura Municipal de Contagem e o sindicato dos professores disponibilizam seminários, debates, palestras e cursos para todas as áreas do conhecimento inclusive o Ensino Religioso. A Secretaria Estadual de Educação oferece curso de capacitação e material didático para o

professor da Educação Religiosa da Escola A (PAULY, 2004). Para Delors (2001, p.125) é necessária a “formação contínua dos professores”.

As professoras das escolas A e B são formadas pela PUC Minas no curso de Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso. A professora da escola A relata que escolheu a disciplina por falta de opção:

na verdade comecei o curso de Pedagogia em outro Estado, por alguns motivos tive que deixar o curso em minha cidade natal. Vim para Belo Horizonte, onde tive oportunidade de continuar o curso e aqui a opção mais viável para mim foi estudar à noite e dentre as duas opções que o curso noturno oferecia, o que me chamava mais a atenção foi a Ênfase em Ensino Religioso.

Está imposto um desafio também para o professor que, segundo Ferreira (2008, p. 51), “escolheu ministrar o Ensino Religioso não por uma questão de afinidade, mas em função de oportunidades que não tiveram em lecionar outras matérias”. Assim, demonstram pouca assiduidade, aulas pouco interativas, sem criatividade, tendendo, muitas vezes, para o lado proselitista, que acabam não envolvendo os alunos.

A professora da Escola B relatou que

inicialmente a escolha pelo curso não era uma certeza. Ao longo do curso foi que me senti motivada para lecionar o Ensino Religioso. Compromisso assumido por mim, uma vez que, compreendi que o Ensino Religioso contribui para a superação de desafios e conflitos presentes em todo ser humano.

Segundo a Professora da Escola B, o Ensino Religioso apresenta desafios “passou por várias tendências e hoje os desafios são vários, dentre eles contextualizar a proposta para a realidade dos sujeitos, desenvolvendo uma didática que contribua de maneira significativa para sua formação integral”. O relato da professora da Escola B remete a uma afirmação de Ferreira (2001, p. 48): “o Ensino Religioso na escola consiste em criar, nos alunos, uma disposição integral do sujeito em estar no mundo, possibilitando sua formação moral e ética”. A professora da Escola A destacou “a desvalorização da disciplina por parte dos alunos acarretando em uma indisciplina muitas vezes incontrolável” (SANTOS, 2009). Gruen, a partir dos problemas referentes à disciplina do Ensino Religioso, “constatou o desinteresse, a falta de motivação dos alunos e, principalmente, as falhas pedagógicas”. (GRUEN *apud* SILVA, 2007)

Segundo FERNANDES (2000, p. 27), a questão da religiosidade também deve ser trabalhada em sala de aula, porém, em duas dimensões. A primeira de forma implícita, ou seja, “buscando os valores presente no coração do homem, amizade, amor, solidariedade, respeito”. A segunda dimensão é explícita, “quando o homem busca seus valores em um SER Superior, seja individualmente, em grupo, ou através de teorias religiosas e rituais”.

A professora da Escola B apontou que o Ensino Religioso é “essencial na formação do estudante, pois contribui para a reflexão da diversidade cultural e da religiosidade como parte da vida”. A disciplina contribui na formação do estudante, um olhar diferenciado para a alteridade (FERNANDES, 2000, p. 17). A professora da Escola A constatou que os alunos não dão muita atenção às aulas de Ensino Religioso, e “às vezes tem que levar certa pressão para que todos participem, mas quando tem um trabalho extraclasse surge mais interesse por parte dos alunos nas aulas”. Ferreira (2007, p. 48) sugere que as aulas sejam mais dinâmicas e que haja mais interatividade entre o professor de Ensino Religioso e os alunos, além de vivências fora da sala de aula.

A professora da Escola B relata que “despertar interesse dos alunos não é tarefa fácil. É necessário esclarecimento da disciplina, uma maior sensibilidade para a diversidade, pesquisas, planejamento, diálogo e muita disposição”. Para Gruen o Ensino Religioso deveria começar pelas “necessidades dos alunos e proporcionar experiências concretas que o tornem um indivíduo participativo, reflexivo, criativo, transformador, capaz de resolver seus próprios problemas de vida”. (GRUEN, 2007, p.117)

De acordo com a diretora da Escola A, “a formação mínima exigida para lecionar o Ensino Religioso na instituição são de professores graduados em Pedagogia com Ênfase em Ensino Religioso ou algum curso focado na formação humana, como Filosofia e História”. Para a diretora da Escola B:

a formação exigida para assumir o cargo de professor de Ensino Religioso [...], segundo o edital dos concursos é: Curso Superior de Licenciatura Plena em Ensino Religioso/Ciências da Religião ou Educação Religiosa ou conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento, cuja grade curricular inclua conteúdo relativo a ciências da religião, metodologia e filosofia do ensino religioso ou educação religiosa, com carga horária mínima de quinhentas horas, reconhecido pelo órgão competente, ou conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena, em qualquer área do conhecimento, acrescido de curso de pós-graduação *Lato*

Sensu em ensino religioso ou ciências da religião, com carga horária mínima de trezentas e sessenta horas. Conclusão de curso Superior em Licenciatura Plena em qualquer área do conhecimento, acrescido de curso de metodologia e filosofia do Ensino Religioso, com carga horária mínima de cento e vinte horas, oferecido por entidade credenciada e reconhecida pela Secretaria de Estado da Educação.

As afirmações das diretoras (A e B), sobre a necessidade de formação dos docentes são coerentes, porém a diretora da Escola B está mais esclarecida e a lei nº 9.475/96 determina que os professores de ER precisam ser habilitados (SILVA, 2007). De acordo com a legislação, o Ensino Religioso ou Educação Religiosa são reconhecidos como “área do conhecimento em diálogo transdisciplinar na formação básica do cidadão e aponta para formação de um profissional habilitado na área, com formação acadêmica plena” (CURY, 2004). Esse professor “deve trabalhar numa perspectiva plurirreligiosa e enfocar o fenômeno religioso como construção sociocultural e construtor de valores éticos” (JUNQUEIRA, 2002).

Segundo o relato da diretora da Escola A, “os objetivos (para a disciplina de Ensino Religioso) são muito confusos”, pois muitos professores acham que “o Ensino Religioso precisa ser uma extensão da catequese ou escola dominical, outros trabalham com os alunos a formação humana, valores e ética [...] estamos tentando traçar objetivos claros” para a disciplina. É preciso ter cuidado com práticas proselitistas. “Tem-se percebido certo equivoco no espaço escolar de educadores que tornam a preocupação de valores como específico da Educação Religiosa. É evidente, que a formação de valores deve ser uma preocupação de todos que educam” (FERREIRA, 2007). “É ilusão religiosa e ingenuidade ética imaginar que tais valores sejam determinados pela fé religiosa” (PAULY, 2004, p. 27). Nota-se que os objetivos da proposta pedagógica da Escola B para o ER são mais significativos, pois

a proposta pedagógica da escola no Ensino Religioso não contempla o ensino específico de nenhuma religião no que diz respeito ao proselitismo. O trabalho é realizado de forma imparcial e inter-religiosa. Ela recebe alunos de várias denominações religiosas, portanto adota o diálogo inter-religioso, tendo como foco o Fenômeno Religioso. Também trabalha com valores e práticas que ajudam os alunos a refletirem sobre as situações cotidianas e a compreenderem o que é cidadania para assim conviverem em sociedade respeitando ao outro e a si mesmo”. (coordenadora pedagógica da escola B)

Os alunos da Escola A responderam que participam das aulas de Ensino Religioso: Dois dos cinco alunos tem a disciplina entre as cinco preferidas. Três dos

alunos pesquisados acham as aulas de ER cansativas. Dois deles relataram que fazem muitas “cópias” nas aulas. A metodologia empregada pela professora não atende à dinâmica necessária para despertar a curiosidade e interesse dos alunos para a disciplina de Ensino Religioso. Não se pode negar que há falta de auxílio didático ao professor. Muitos deles sentem-se “desmotivados em lecionar a disciplina por falta de direcionamento das instituições públicas”. Os cinco alunos entrevistados da Escola B acham as aulas de ER interessantes, pois mostram culturas religiosas diferentes. Um deles mencionou que acha a disciplina um pouco cansativa. Afirmam também que conhecem a religião da professora (Escola B) que leciona a disciplina e não se sentem influenciados por ela, pois todos estavam seguros de suas escolhas. A professora da Escola B permite que seus alunos saibam sua religião e diz que: “é importante reafirmar aquilo que acreditamos, mas aprender com o outro e respeitar sua crença deve ser um compromisso de cada ser humano, evitando assim o proselitismo”. Três dos cinco alunos da Escola B escolheram o Ensino Religioso como uma das cinco disciplinas preferidas.

Consta na grade de horários das Escolas A e B uma aula semanal de cinquenta minutos, carga horária mensal de quatro horas/aula. As instituições pesquisadas demonstram, por parte dos professores de outras disciplinas, familiares dos alunos, diretores e coordenadores pedagógicos, pouco envolvimento com a disciplina do Ensino Religioso por não terem clareza sobre a função da Educação Religiosa no currículo escolar. A disciplina pode ser tratada com menos apreço, não só pelo aluno, mas pela comunidade escolar (FERREIRA, 2007), por não ter caráter reprovatório e ser ministrada menos vezes por semana.

5 Considerações finais

A pesquisa proporcionou crescimento acadêmico a cada integrante do grupo, pois tivemos a oportunidade de fazer relação da teoria estudada na universidade com a prática educativa da disciplina de Ensino Religioso.

Percebemos, através de um levantamento histórico da disciplina de Ensino Religioso no Brasil, que suas bases epistemológicas foram edificadas sobre uma aprendizagem confessional-catequética. A marca do proselitismo continua emprenhada no Ensino Religioso ainda na atualidade, mesmo depois das

constituições e pareceres que firmaram e legitimaram a disciplina no currículo escolar. Nota-se que ainda há uma distorção nos objetivos do Ensino Religioso nas escolas públicas, consequência histórica de séculos de uma Educação Religiosa pautada no dogmatismo. O estranhamento que percebemos da comunidade escolar em relação à disciplina deve-se ao fato de que, durante muito tempo, a formação religiosa era responsabilidade exclusiva da família e da igreja e não era encarada como coisa pública, como conteúdo importante na formação do indivíduo para a cidadania.

Através da análise da pesquisa de campo detectamos falhas na compreensão das finalidades e os objetivos do Ensino Religioso pela comunidade escolar. Essa falta de conhecimento deixa a disciplina sem um princípio norteador e assim abre espaço para a realização de atividades pedagógicas mal elaboradas e consequentemente um esvaziamento de significado e desinteresse por parte dos alunos.

É necessário utilizar metodologias e recursos didáticos eficientes que realmente envolvam os alunos. A pesquisa nos possibilitou um olhar crítico sobre a realidade educativa, na qual, iremos atuar. Observar e analisar o contexto em que a disciplina de Ensino Religioso está inserida nos ajuda a fazer uma reflexão sobre a nossa formação enquanto professores, tendo em vista de que é preciso uma ação pedagógica adequada que pense em múltiplas linguagens significativas para os educandos e que não reforcem atitudes proselitistas.

Apesar dos desafios que percebemos, o Ensino Religioso traz grandes contribuições para formação humana do educando, em sua dimensão mais profunda que é a religiosidade. Um Ensino Religioso bem estruturado em seus objetivos e metodologias possibilita que o aluno se conheça melhor, interaja com outras áreas do conhecimento, busque despertar o sentido da vida e do transcendente, descubra o outro, portador da diferença, ajuda os alunos a se relacionarem com base no respeito e mútua-estima. Todos estes conceitos e valores são perspectivas da disciplina, rumo à formação cidadã.

Resumen

El objetivo fue investigar los retos que el profesor de Educación Religiosa ha sufrido a lo largo de la historia de la época del Brasil colonial hasta el presente, el hecho de

saber las perspectivas de esa cuestión para los estudiantes, profesores, coordinadores y directores desde el análisis de dos escuelas públicas, una de Belo Horizonte y otra de Contagem. Para proteger la identidad de las escuelas, así como a su personal y estudiantes, utilizamos nombres ficticios para referirnos a ellos. Llamaremos "Escuela A" a la institución ubicada en la ciudad de Belo Horizonte, que pertenece a la Red de Educación del Estado y "Escuela B" a la institución ubicada en la ciudad de Contagem que pertenece a la Red de Educación de ese ayuntamiento. Las dos instituciones aceptan estudiantes de 1^o a 9^o grado. La metodología utilizada para este trabajo de investigación fue la búsqueda en la literatura y el trabajo de campo. Buscamos autores que abordan el papel de maestro de Educación Religiosa y otros que hacen mención a los desafíos, la comprensión, la configuración y la complementación de la educación religiosa como un área de conocimiento en Brasil.

Palabras clave: educación religiosa - reseña histórica - Metodología - Lenguaje

Referências:

BONA, Paschoal. *Método Musical*. São Paulo: IGAL, 1997, p.60

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: volume 6 : arte*. 2. ed. Brasília: MEC/SEF, 2000. p.130

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Ensino religioso no cenário da educação brasileira: aspectos históricos e sócio-político-culturais*. Brasília: CNBB, 2007. p.126

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente*. Revista Brasileira de Educação. 2004 11p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a12.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010.

DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: DELORS, Jacques. *Educação: Um tesouro a descobrir*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. 4, p. 89-130

FERNANDES, Madalena. *Afinal, o que é o ensino religioso?: sua identidade própria em contraste com a catequese*. São Paulo: Paulus, 2000. p.76

FERREIRA, Amauri Carlos. *A formação de valores frente às práticas educativas vivenciadas pelos professores de educação religiosa no ensino fundamental*. 2007. 42 f.

ITURBE, Teresa. *Pequenas peças de teatro na sala de aula: para educação infantil e ensino fundamental*. São Paulo: Madras, 2004. 112 p.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PAULY, Evaldo Luiz. *Espaço Aberto: O dilema epistemológico do ensino religioso*. Revista Brasileira de Educação. 2004, 12p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a11.pdf>> Acesso em: 06 set. 2010.

SANTOS, Luzinete Rodrigues dos. *A educação religiosa no ensino fundamental: desafios e perspectivas à prática docente*. Revista Pedagogia em ação. Belo Horizonte, volume 1, n. 1, p.99-105, julho. 2009.

SILVA, Antônio Francisco da. *Idas e vindas do ensino religioso em Minas Gerais: A legislação e as contribuições de Wolfgang Gruen*. Belo Horizonte: Segrac, 2007. 139 p.

SILVA, Valmor da (org). *Ensino Religioso: educação centrada na vida: subsídio para a formação de professores*. São Paulo: Paulus, 2004, p.152

SIMÕES, Cristiano Campos (Org.). *Ensino religioso: desafios e perspectivas na pós-modernidade*. Campos dos Goytacazes: Grafimar, 2009. p.113

WACHS, Manfredo Carlos et al. (orgs). *Práxis do Ensino Religioso na escola: 4º simpósio de Ensino Religioso*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2007, p.271